

OS IMPACTOS SOCIOPOLÍTICOS DO PROJETO JARI E DE SEU SUBPROJETO SÃO RAIMUNDO NAS VILAS DE ALMEIRIM-PARÁ

Denise Machado Cardoso

RESUMO

Objetiva-se analisar os impactos sociopolíticos e territoriais do Projeto Jari no município paraense de Almeirim, Baixo Amazonas. Especificamente, investigou-se como o subprojeto de Rizicultura intitulado São Raimundo ainda se faz notar nas realidades das populações das vilas existentes às margens do rio Arraiolos. Este estudo privilegia a interdisciplinaridade, devido à complexidade que envolve os processos econômicos, políticos e aqueles relacionados à territorialidade e desterritorialidade das vilas do rio Arraiolos ao longo de sua história. Enfatiza-se a pesquisa antropológica e histórica, por considerar que o ponto de vista das populações caboclas que vivem junto a esse rio é fundamental para a compreensão de suas realidades atuais e pretéritas. Evidenciou-se que foi desenvolvida nas margens do rio Arraiolos uma das maiores plantações de arroz do mundo e de alto rendimento e qualidade em terras inundáveis da Amazônia. Os impactos advindos com o projeto São Raimundo ainda se fazem sentir entre aqueles que habitam as vilas do rio Arraiolos. Principalmente, observam-se impactos sociopolíticos nas atuais configurações territoriais, nas Associações de Moradores (AM) e nas ações dos grupos sociais com características caboclas que lá se encontram.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto Jari. Rizicultura. Baixo Amazonas. Territorialidade. Impactos sociopolíticos.

ABSTRACT

This article aims to analyze the sociopolitical and territorial impacts of Jari Project in the city of Almeirim, Pará, Lower Amazon. Specifically, we investigate how the subproject titled rice-growing St. Raymond still points out the realities of human populations of villages in the river Arraiolos. This study focuses on interdisciplinary approach, due to complexity involved in economic and political processes, and those related to territoriality and unterritoriality Arraiolos the river towns along its history. We emphasize the historical and anthropological research, considering that the point of view of the “caboclo” population living along the river is critical to understanding their current and previous situations. It was evident that was developed on the banks of the river Arraiolos one of the largest rice plantations in the world and high yield and quality in these floodplains of the Amazon. The impacts of the project with St. Raymond are still being felt among those who inhabit the villages of the river Arraiolos. Mainly, there are impacts in current sociopolitical territorial configurations, the Residents Association-RA, and actions of “caboclo” populations with characteristics that are there.

KEYWORDS

Jari Project. Rice-growing. Lower Amazon. Territoriality. Sociopolitical impacts.

1 Introdução

Este trabalho resulta da investigação sobre os impactos do Projeto Jari nos atuais processos sociopolíticos do município paraense de Almeirim, situado na região do Baixo Amazonas/noroeste do estado do Pará¹. A população humana desse município, em especial a das sete vilas do rio Arraiolos, demanda a definição e a implantação de políticas que viabilizem melhorias no âmbito socioambiental nessa região. Nesse contexto, buscou-se analisar como se processava a participação política da população humana das vilas existentes nas margens do rio Arraiolos e a relação dessa participação com as questões identitárias e aquelas ligadas às territorialidades. Ainda, propôs investigar de que modo o subprojeto de Rizicultura intitulado São Raimundo impactava as realidades sociopolíticas e territoriais dessa população.

Atualmente, os moradores do Arraiolos se identificam a partir das maneiras particulares de reconstrução de seus territórios e, também, pelos aspectos físicos desse rio. Mas apesar de habitarem nas margens de um mesmo rio e se caracterizarem por essa relação próxima com seu ambiente, não é essa a condição que mais interfere nas suas práticas cotidianas, pois o que “fala mais alto” na questão da identidade e de suas ações são os processos de construção e reconstrução pelos quais essas pessoas vivenciaram.

Desse modo, a aparente homogeneidade de grupos humanos que vivem ao lon-

go das margens desse rio, e de outros rios amazônicos, necessita ser superada para que se observem as particularidades de suas territorialidades. Assim, quando se pensava nas ações que poderiam ser realizadas conjuntamente para superar questões sociais comuns, notava-se que além dessas particularidades, há ainda em algumas de suas vilas a ausência de exercícios de participação política, reduzido grau de confiança, práticas clientelistas que foram reconfiguradas ao longo dos diferentes períodos. Consequentemente, vários são os fatores que permitem explicar realidades diversas nesse rio do município paraense. Tais considerações revelam-se fundamentais quando se coloca em discussão a problemática da articulação de interesses entre aqueles que ali vivem, pois não se observou entre essas pessoas a proposta de lançar, por exemplo, demandas únicas relacionadas à infraestrutura ao governo municipal.

Na análise dos processos econômicos, políticos e aqueles relacionados à territorialidade e desterritorialidade das vilas do rio Arraiolos ao longo de sua história, este estudo privilegia a interdisciplinaridade, devido à complexidade que envolve a problemática de tais processos. Desse modo, o diálogo entre diferentes áreas de estudos como é o caso da História, Geografia, Ciência Política e Antropologia se processou em termos teóricos. E, em termos metodológicos, enfatiza-se a pesquisa antropológica e histórica, por considerar que o ponto de vista das populações caboclas que vivem junto a esse rio

1. Trata-se, especificamente, da pesquisa realizada no âmbito do doutoramento em Desenvolvimento do Trópico Úmido, e que fora iniciada em 2001 e se prolongou até o ano de 2009. A pesquisa foi realizada no âmbito do doutoramento em Desenvolvimento Socioambiental (2001-2006 / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará) e quando se elaborava o Diagnóstico de Almeirim (2007-2009 - Projeto SIS Fronteiras do Ministério da Saúde em convênio com a Universidade Federal do Pará). As idas a campo foram subsidiadas, inicialmente, pela Fundação Ford, PDTU/NAEA e, em sua fase conclusiva, pelo Projeto SIS Fronteiras MS/UFPa.

é fundamental para a compreensão de suas realidades atuais e pretéritas.

Evidenciou-se que os impactos advindos com o projeto Jari São Raimundo ainda se fazem sentir entre aqueles que habitam as vilas do rio Arraiolos. Principalmente, observam-se impactos políticos nas atuais Associações de Moradores (AM) e nas ações dos grupos sociais com características caboclas que lá se encontram. O reduzido grau de confiança provoca baixíssimo capital social e essa é uma realidade inegável dessa população humana. E mesmo que se considerem os obstáculos impostos pelo poder público municipal à participação popular nas decisões de políticas públicas de Almeirim, as AM ainda não alcançaram a mobilização necessária para obter seus fins devido aos fatores ora analisados.

2 Almeirim e as vilas da área do rio Arraiolos

Populações humanas que já se encontravam na região do atual município de Almeirim antes mesmo do processo de colonização, apresentavam práticas culturais caracterizadas, dentre outras coisas, por reduzidos impactos ambientais. Ao serem inseridas ao contexto capitalista a partir de ações missionárias, militares e da burocracia administrativa de Portugal, esses povos

viram muitos de seus traços culturais serem substituídos pela cultura do colonizador. Com o passar dos anos, essas populações foram paulatinamente “empurradas” para o interior das florestas e, hoje, seu território restringe-se à reserva indígena de Tumucumaque e Paru de Leste.

Em relação à população cabocla², registra-se que a ação humana provocou a elaboração de diferentes territorialidades ao longo da história do vale do Arraiolos e tratar questões que envolvam essa população tradicional implica considerar os processos particulares dos diversos grupos sociais nas sete vilas ali existentes. Convém destacar que, embora a existência de casas isoladas ao longo das margens desse rio tenha sido registrada no Censo 2000 (BRASIL, 2000), o presente estudo realizou-se nas vilas por serem os locais onde havia maior concentração populacional.

Com exceção da vila Pesquisa, as demais vilas foram criadas na margem direita do Arraiolos. A mais próxima do encontro desse rio com o rio Amazonas é a vila Ilha de São Paulo e a localizada mais ao alto é Santa Maria. Nesse sentido, tem-se Ilha de São Paulo, Saracura, Goiabal, Pesquisa, Vila Nova, Freguesia e Santa Maria.

São Paulo, Saracura e Pesquisa são vilas que surgiram nas margens do rio Arraiolos em decorrência da implantação do Projeto

2. O contato entre as populações amazônicas e povos de outras regiões da própria América, e populações de outros continentes, já era uma realidade anterior à implantação do sistema colonial ibérico nesse continente. Entretanto, o contato entre europeus e indígenas foi significativo a ponto de gerar os caboclos amazônidas (FIGUEIREDO, [1988] 1990; HIRAOKA, 1992; WAGLEY, [1953] 1988), isto é, aqueles que resultaram da mistura etnocultural entre esses povos desde o século XVII. O processo de acaboclição de imigrantes de outras regiões do Brasil durante o período de grande expansão da exploração da borracha, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, também caracteriza as populações caboclas (HIRAOKA, 1992). Enfim, o ser caboclo implica um *modus vivendi* tradicional das culturas amazônicas. Aliás, nas regiões tropicais, as populações tradicionais desenvolvem um sistema integrado onde estão envolvidas atividades de caça, pesca e coleta de produtos animais e vegetais, cultivos agrícolas e mesmo a transformação de matérias primas via artesanal.

São Raimundo ou Projeto Arroz, cuja responsabilidade cabia à sociedade Jari Florestal Agropecuária – subsidiária do Projeto Jari. Elas foram criadas para tornarem-se locais de habitação dos funcionários do projeto ou para administração e pesquisa. Com o crescimento populacional, vários tipos de comerciantes se instalaram nesse lugar, aumentando ainda mais o contingente populacional não tradicional nesse rio. Assim, bares, boates, pousadas, comércios de gêneros alimentícios e de vestuário surgiram nesse período e desapareceram com a extinção do Projeto São Raimundo.

As vilas Goiabal e Vila Nova já existiam desde o período dos “portugueses”³ e seus habitantes desenvolviam, predominantemente, atividades ligadas ao extrativismo florestal (LINS, 1997). A partir da década de 1970, uma nova realidade se apresentava a essa vila devido aos impactos inerentes à dinâmica capitalista. Representada pela lógica dos grandes projetos, cujo apoio dos governos nacionais foi fundamental para sua implantação na Amazônia, os interesses globais se sobrepuseram aos locais, alterando o cotidiano nessa região.

E Santa Maria e Freguesia mantiveram-se com as mesmas características populacionais anteriores à implantação do Projeto Jari. Neste caso, não houve aumento populacional significativo, como aquele que ocorreria naquelas onde o cotidiano estava ligado diretamente às atividades de rizicultura. Entretanto, a produção agrícola foi alterada significativamente, pois se voltava, principalmente, para o consumo daqueles que moravam nas demais vilas e trabalhavam no subprojeto São Raimundo.

As evidências indicam que, mesmo não tendo sido afetadas diretamente pela produção de arroz, as vilas Freguesia e Santa Maria tiveram suas dinâmicas modificadas a partir da intensificação na produção de gêneros alimentícios. Essa realidade comprova que os impactos da desterritorialização decorrentes desse grande projeto também se fizeram nos locais onde não era produzido esse grão ou quaisquer outros produtos ligados diretamente a esse projeto, como aparece com frequência nas falas dos atuais moradores (CARDOSO, 2006). Mais, os impactos da colonização portuguesa e do Projeto Jari foram uma constante entre aqueles que habitam no rio Arraiolos.

Os grupos sociais sempre sentiram o quanto os interesses do sistema capitalista se impuseram na região. Desde o sistema colonial, o modelo de trabalho caracterizou-se pela obtenção de matéria-prima a ser beneficiada e consumida em outros lugares. Voltadas, predominantemente, para o mercado externo, as atividades produtivas não visavam o desenvolvimento das populações locais. Consequentemente, as riquezas geradas na região não foram ali mantidas.

Através da descrição das vilas, a seguir, é possível perceber que essa realidade ainda se mantém. Riquezas foram extraídas, mas as populações pouco compartilharam das mesmas. O processo aconteceu de forma semelhante à prática apontada por Marx ([1867] 1989) que denunciava a expropriação pela qual passa o trabalhador. As benesses oriundas dos diferentes «tempos» fazem parte do saudosismo tão presente nas falas daqueles que conheceram a região em seus diversos períodos. Tal sentimento reforça que a pro-

3. Momento em que a região havia sido vendida pelo coronel José Júlio de Andrade aos senhores Joaquim Nunes de Almeida, Antônio Teixeira, José Joaquim Martins, Júlio Aires da Fonseca, José Antunes Fonseca e Crispim Joaquim de Almeida, e, posteriormente, transformada em empresa Jari e vendida ao senhor Daniel K. Ludwig (LINS, 1997).

dução gerou muito crescimento, mas um crescimento não sustentável, principalmente, naquilo que é essencial a esse termo: a equidade social. Nas caracterizações que se seguem, nota-se que as particularidades das vilas estão ligadas, de algum modo, aos impactos da inserção ao sistema capitalista⁴.

A vila Ilha de São Paulo localiza-se na margem direita do rio Arraiolos e ao tempo do Projeto São Raimundo teve os prédios e residências construídos em área de terra firme. São Paulo foi a primeira a ser criada pelo Projeto Jari e nela funcionavam o escritório, o hospital e o aeroporto – todos pertencentes à empresa. Posteriormente, essas atividades foram transferidas para a “serra” quando se iniciou, de fato, o cultivo de arroz⁵. De acordo com o relato de Cleimar Ramos (43 anos)⁶, “a surpresa de quem via a imensidão do terreno cultivado só não era maior que a intensidade da produção, pois máquinas funcionavam dia e noite nos arrozais”. Posteriormente, outras residências seriam construídas de forma dispersa na área e junto à margem direita do Arraiolos.

Em Ilha de São Paulo, ou simplesmente São Paulo, as evidências materiais da existência da “firma” são mais acentuadas do que nas demais vilas. Nela encontram-se, ainda, a base da estrutura dos prédios residenciais e outros como: o prédio onde funcionavam o hospital e prédios com funções administrativas. Embora esse quadro possa ser observado, também, na sede da atual empresa “Arapaima” – local onde a produção de arroz era gerida – é em São

Paulo que se constata que não ocorreu apenas o abandono da “firma”. Na verdade, os prédios foram “arrancados”, pois o que hoje restam são apenas os pisos e resquícios de uma parte da cidade-empresa do Projeto Jari no Arraiolos.

A vila de Saracura iniciou-se com o cultivo de banana, mas logo viria a ser, também, um local de moradia para funcionários do projeto arroz e local de criação de gado. Atualmente, encontra-se em estado de precariedade em diversos setores e sua população está bastante reduzida, em comparação àquela existente nas décadas de 1970 e 1980. Sra. Fátima Alvarenga (58 anos) é uma moradora que relembra a magnitude dessa vila no período de funcionamento do projeto arroz; ela afirma que os prédios simples foram dando lugar a outros maiores em número e qualidade. Além disso, o acesso da vila ao trapiche foi pavimentado, deixando de ser realizado, tal como ocorre nas demais vilas, através de estivas.

Desde o trapiche, observa-se na vila de Goiabal a ausência na manutenção de prédios e serviços. O prédio onde funcionava o salão, por exemplo, desabou, e o que dele restou foi saqueado pelos próprios moradores. Por certo, o mesmo está para ocorrer com o prédio da escola, que está abandonado e necessitando de reformas urgentes. Este prédio, datado da época de José Júlio, está em condições precárias, o que de certa forma denota o descaso da prefeitura com prédios públicos e, neste caso, prédio público com valor histórico.

4. A caracterização das vilas seguirá a localização destas ao longo do rio Arraiolos, da foz à nascente.

5. Local onde funciona atualmente a Empresa Arapaima – D.D. Uliana Agropecuária e Industrial Ltda.

6. Cleimar estudou na Escola Agrotécnica Federal do município de Castanhal / Pará, para trabalhar na firma, mas ela foi fechada quando ainda cursava o primeiro ano. Atualmente, é funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura e, por já ter morado na região do Arraiolos, foi indicado pelo secretário municipal para ser o guia na primeira viagem de campo, ainda no ano de 2001.

Vila Nova está localizada entre as vilas de Pesquisa e Goiabal. Possui uma relevância histórica desde o período de “José Júlio”, quando o extrativismo da castanha e balata era a grande fonte de riqueza desse lugar. E como ocorreu em outras vilas, houve uma elevação no número de prédios e da população local, a partir da implantação da “firma” ou projeto São Raimundo. Esse projeto de rizicultura foi encerrado e, praticamente, tudo foi abandonado.

A vila Pesquisa era denominada como Jenipapal devido à grande incidência de árvores de fruto de jenipapo nesse lugar. Ela surgiu como local de pesquisas desenvolvidas pelo projeto de rizicultura e era, também, local de moradia para alguns de seus funcionários. Devido a essas atividades, passou a receber a atual denominação de Pesquisa.

Freguesia é considerada a mais antiga vila do Arraiolos, por ser a única que apresenta evidências de existir desde o período colonial. Ela é a única a possuir enseada. Do rio, é possível observar os castanhais, em terreno alto, circundando a vila, e, na outra margem, observa-se área de várzea. Freguesia é o local onde se encontram, na parte alta dessa vila, as ruínas de um prédio antigo, provavelmente, um convento, cuja denominação local é “paredão”.

Santa Maria localiza-se no alto Arraiolos, sendo a mais distante da foz deste rio no rio Amazonas. É a menor de todas as vilas, pois conta com um total de 04 prédios, sendo que todos são residenciais. Esta vila caracteriza-se ainda por apresentar uma maior proximidade com a estrada que dá acesso ao distrito de Monte Dourado, mas

devido ao número reduzido de prédios e habitantes, provavelmente, o governo local não a considera relevante. E, da mesma maneira como ocorreu em Vila Nova, em Santa Maria todos os prédios foram construídos sobre as águas do rio Arraiolos. Nestas duas vilas não há prédios públicos e sua população necessita deslocar-se de barco para obter serviços de saúde e educação em outras vilas ou na sede de Almeirim.

Na vila de Pesquisa, há atualmente uma casa de farinha construída em parceria com a prefeitura, cuja produção apresenta melhor qualidade do que aquela oriunda das casas particulares⁷. A razão para essa melhor qualidade está no apoio técnico que a prefeitura concede aos moradores-parceiros, além do controle feito por todos aqueles que participam desse projeto. As brincadeiras das crianças não são permitidas nesse local e nem a circulação de animais; os petrechos utilizados na produção de farinha são protegidos do contato com insetos.

Essa situação é considerada por moradores de outras vilas como um privilégio. Mas, esse “privilégio” pode ser explicado, também, pela localização de Pesquisa e pela estrutura de produção de arroz já existente no local. A localização contribui para a facilidade de contato com a sede do município. Por ser a única vila localizada na margem esquerda do rio, essa é a única com possibilidade de acesso à sede por via terrestre e não apenas fluvial. Além disso, destaca-se que há a possibilidade de reativação da rizicultura nesse lugar, devido às experiências anteriores ligadas ao Projeto São Raimundo.

7. As casas de farinha construídas com recursos próprios apresentam problemas de qualidade na produção, devido à não observância de determinados procedimentos técnicos, o que causa comprometimento na venda desse produto nos mercados consumidores da região.

3 Territorialidade e Desterritorialidade

A estreita relação que a população das vilas do rio Arraiolos mantém com o ambiente em que vive é evidenciada através de suas práticas tradicionais cotidianas. Caracterizados pela tradicionalidade cabocla, os moradores dessa região reforçam, diariamente, uma relação de interdependência com o rio, com as florestas de várzea e de terra firme, com savanas e com as serras. E como em outras vilas ribeirinhas da Amazônia, o rio se destaca nessa relação, tornando o Arraiolos muito mais do que uma via de transporte e acesso entre as vilas ali existentes, pois ele imprime uma dinâmica presente nas relações das pessoas entre si e em suas relações com o ambiente.

Além disso, os habitantes do Arraiolos apresentam particularidades que são observadas ao analisar os diferentes processos históricos pelos quais passaram diferentes gerações daqueles que moram nessas localidades. Para melhor compreensão dessas ações humanas, faz-se necessária a apreensão acerca dos conceitos de territorialidade e desterritorialidade.

Esses conceitos têm contribuído, significativamente, nas recentes tentativas de compreensão da consciência humana de seu espaço de vida. Santos (1997) considera que a ação humana proporciona, a partir de um sistema de ações e objetos, a transformação do espaço natural. Consequentemente, a ação humana no espaço é uma ação ampla e que não se restringe apenas às atividades produtivas. Godelier (1973) indica que, mesmo quando o espaço é reivindicado como o conjunto de recursos por uma dada sociedade que deseja e se sente capaz de explorá-lo, os aspectos simbólicos também se fazem presentes. Desse modo, a totalidade inerente a esta ação não deixa

de ser presente, também, nas diferentes maneiras como grupos sociais constroem suas territorialidades.

Se o processo de territorialidade está ligado à ação humana e à identidade que as pessoas mantêm com esse território, a desterritorialização caracteriza-se pelo «desenraizamento». No processo de desterritorialização, novos territórios vão sendo construídos sobre os escombros das desterritorialidades (NEVES, 1996). Especificamente no município de Almeirim, o território construído a partir da instalação da empresa Jarí e seus subprojetos caracterizou-se pelas alterações nas práticas tradicionais das populações que ali se encontravam. Todavia, essa desterritorialização não foi iniciada com a instalação do Projeto São Raimundo na década de 1970, pois processo semelhante já havia ocorrido na região com a vinda dos missionários no início do século XVII. A maneira como os índios Wayana-Apalai, e outros grupos indígenas ali existentes lidavam com seu ambiente foi transformada drasticamente, dando lugar a um modo de vida direcionado aos interesses da Coroa portuguesa. As culturas locais foram sendo substituídas sem que fossem levadas em consideração as identidades indígenas.

O modelo de produção extrativista de drogas do sertão, imposto desde o início do contato entre das populações indígenas com missionários e funcionários da Coroa portuguesa, posteriormente, foi substituído pelo sistema de aviamento. Característico do período mais intenso de extração da borracha e balata na passagem do século XIX para o século XX, esse sistema, embora não tenha se utilizado da mão-de-obra escrava, não aboliu a exploração excessiva do trabalhador. Tal atividade, conforme registrou Santos (1980) tornou

os seringueiros dependentes do fornecimento de bens de consumo pelas casas aviadoras. E, se para uma pequena parcela da sociedade houve o enriquecimento, para aqueles que trabalhavam nas florestas extraindo látex de borracha, nenhuma alternativa restou, além daquela que reforçava sua dependência. Portanto, esse modelo extrativista inviabilizava o cultivo de quaisquer produtos ou criação de animais pelos seringueiros.

Posteriormente, com a instalação do projeto Jari /São Raimundo as práticas tradicionais das populações ali existentes foram impactadas, dando lugar às novas maneiras de lidar com o ambiente. E, possivelmente, estas contínuas desterritorialidades ainda são impactantes no cotidiano das pessoas que moram nas vilas do Arraiolos. O êxodo rural ocorrido com o fechamento do projeto São Raimundo, a falta de coesão entre os membros das AM e a «inércia» de algumas pessoas que estão à espera de soluções trazidas pela prefeitura de Almeirim ou a retomada de empresas nos moldes de *company towns* revelam os processos históricos recentes nessas vilas.

Em relação aos elementos identitários presentes nessas vilas, observa-se que o sentimento de territorialidade cria uma consciência de confraternização entre os moradores. Contudo, essa identidade de ser morador do Arraiolos não se sobrepõe aos elementos particulares das territorialidades de cada vila. A respeito, Andrade (1996, p. 214) sugere que

[...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas [...].

Ele prossegue afirmando que a territorialidade é entendida como “[...] o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território [...]”. Convém ressaltar, uma vez mais, que a participação das populações nas questões ligadas aos diferentes processos sociais - inclusive o processo decisório de políticas públicas - apresenta-se como um elemento fundamental no desenvolvimento local. E, no Arraiolos, as pessoas interessam-se mais pelas questões de suas vilas do que pelos dilemas comuns enfrentados por todos que vivem nesse lugar.

Ao referirem-se ao Arraiolos, os habitantes de sua bacia o fazem referindo-se ao lugar onde havia os “frades”; aos locais onde ocorreram fatos ligados ao “tempo de José Júlio”; e ao lugar onde havia o projeto arroz ou projeto São Raimundo. E, mesmo que se considere que essas referências sejam recorrentes, elas não estabelecem uma identidade comum que os auxilie a transformar suas realidades. Todos moram no mesmo lugar onde ocorreram vários fatos em diferentes momentos históricos, mas esses fatos não proporcionaram a articulação dessas pessoas a ponto de transformá-las em um grupo social coeso. Nesse mesmo rio, o tempo pode ser analisado segundo a proposta indicada por Santos (1998), pois além da sucessão dos fenômenos, ocorre a concomitância dos mesmos. Os diferentes “tempos” que caracterizam as realidades dessa sociedade indicam que além de o perceberem através de várias concepções, há a coexistência e simultaneidade dos fenômenos e, isso marca de modo significativo a identidade daqueles que habitam nas vilas ali existentes. Assim, os processos de desterritorialidade pelos quais passaram as populações que ali habitavam, provocaram diferentes maneiras de reconstrução das territorialidades nas vilas desse lugar.

E, mesmo que se reconheça a importância da união para o alcance de seus objetivos, as realidades e problemas comuns não são suficientes para convencê-las a agirem conjuntamente. Assim, o que fora indicado pelos moradores do Arraiolos, e que poderia vir a ser equacionado mediante articulação de interesses, foi a necessidade premente de instalação e/ou ampliação de vários serviços públicos como: fornecimento de água potável e encanada, fornecimento de energia elétrica, tratamento de resíduos domiciliar e hospitalar, melhorias no sistema portuário das vilas e nas rodovias de acesso entre essas e a sede do município. Suas demandas são dirigidas ao poder público municipal isoladamente através de suas respectivas AM e não se percebe ações conjuntas entre eles para superar essas questões.

Ainda em relação à territorialidade se verifica que o espaço revela, simbolicamente, muito da sociedade que nele vive cotidianamente e, não apenas, suas práticas produtivas, conforme já anteriormente assinalado. Nesse sentido, tal conceito refere-se às expressões materiais e simbólicas das práticas humanas no território. No Arraiolos, esse aspecto simbólico pode ser percebido, por exemplo, a partir da organização dos prédios e na matéria-prima utilizada em suas construções.

A maioria das vilas, com exceção de Santa Maria e Vila Nova, apresentam seus prédios com funções administrativas ou religiosas (igrejas e templos) construídos em terrenos altos e de terra firme. Essa concentração dos prédios em áreas com tais características remete-se a uma prática bastante antiga que garantia - nos séculos XVII e XVIII - a possibilidade de defesa do território, diante de possíveis ataques de povos inimigos.

No alto ficavam os prédios das igrejas, das fortificações, da câmara municipal

(quando existia), etc. Aos habitantes em geral restava construir suas habitações em terrenos mais baixos. A organização hierárquica das sociedades estava definitivamente “marcada” na distribuição dos prédios. Assim como ocorria nas vilas da Europa medieval, cujos poderes estavam concentrados nas mãos de nobres e principalmente da Igreja Católica Apostólica Romana, também no Arraiolos há essa preocupação em organizar hierarquicamente o espaço.

Atualmente, as vilas do Arraiolos apresentam os prédios residenciais, predominantemente na parte baixa e próxima ao rio, enquanto os prédios públicos e os prédios religiosos localizam-se no alto. Construídos pela prefeitura de Almeirim ou pelas secretarias estaduais, os prédios públicos são construídos em alvenaria e cobertos com telhas de barro, contrastando com os prédios residenciais, cujo material é predominantemente a madeira e telhas de amianto ou palha de Inajá (*Attalea regia*). As igrejas são construídas nos moldes de suas respectivas religiões e utilizam-se materiais semelhantes aqueles utilizados nas construções das moradias.

Em relação aos prédios residenciais, observou-se que as pessoas que detêm maior poder decisório “param”, ou residem, em casas construídas nos terrenos mais altos ou próximos dos prédios públicos. Ao contrário dessas, as pessoas cuja participação nas decisões é restrita, habitam em moradias às margens dos rios. Há que se ponderar que a localização das moradias possa ter um caráter funcional, posto que são vilas ribeirinhas. Mas, em relação aos prédios referentes ao poder local, porque não são construídos às margens dos rios, como ocorre com os prédios residenciais? Porque esses prédios e aqueles que abrigam igrejas e templos nas demais vilas foram constru-

idos no alto? Possivelmente esse caráter de reforço à organização hierárquica da sociedade está latente nessa sociedade e tal ordenamento espacial reflete o processo de reforma urbana descrito por Araújo (1998). Portanto, é possível afirmar que prédios públicos das vilas do Arraiolos trazem uma carga simbólica de representação de poder religioso e estatal, prática bastante antiga e não exclusiva a essa região.

4 O Projeto Jari e os Grandes Projetos na Amazônia Brasileira

A história recente do município de Almeirim implica que se aborde o papel do empresário e político José Júlio de Andrade. Este, além de estar presente no imaginário local dos habitantes desta região, lançou, através de seus empreendimentos, as bases do que viria a se configurar nos anos de 1970, o Grande Projeto Jari⁸. De fato, no final do século XIX, o vale do rio Arraiolos era de propriedade de José Júlio de Andrade. Dono de vastas áreas territoriais, ele exerceu os cargos de Senador da Província do Pará e de Presidente da Assembléia Provincial e era, também, coronel da Guarda Nacional. A importância dada a essa pessoa pode ser evidenciada, por exemplo, nos documentos de órgãos governamentais como ocorre em relatórios do IBGE, que identifica a vila de Pesquisa também sob a denominação José Júlio.

Ainda na década de 1960, a Amazônia passou por um reordenamento espacial cujo contexto estava marcado pela maior inserção do Brasil no capitalismo do pós Segunda Guerra. Esse reordenamento implicou

uma maneira nova do governo brasileiro em lidar com a região amazônica. De fato, fatores diversos contribuíram para essa transformação e, desde então, essa região voltou a ser estrategicamente importante do ponto de vista nacional e internacional.

Nesse momento, a ocupação da Amazônia foi marcada por ações cujas explicações respaldavam-se em ideias oficiais de um “espaço vazio” que transformava a região em fronteira. Desse modo, a discussão acerca de políticas de ocupação implementadas pelos governos militares das décadas de 1960 e 1970, contribui na compreensão da dinâmica desse período e também dos dias atuais.

A complexidade da ocupação da Amazônia nas décadas de 1960 e 1970 foi marcante. Em relação ao governo federal, Becker (1994) assinalou que vários fatores motivaram ações através de programas governamentais que revelavam ideias acerca da região. As estratégias de governo demonstravam na prática o quanto era importante, naquele momento, ocupar a região devido às questões fundiárias e de produção. Órgãos de administração direta e indireta, autarquias e empresas de sociedade mistas foram criados ou viram seu campo de influência serem ampliados para dar suporte a essas ações.

Nesse cenário, a urbanização surgia como a estratégia de ocupação eficaz, posto que garantiria o atendimento de requisitos para tal empreitada. E essa nova significação do processo de urbanização não foi apenas o aumento do número ou tamanho das cidades, mas a integração abrangente dessas no cenário local, nacional e internacional. Assim, é importante destacar que,

8. O Projeto Jari foi concebido como um projeto florestal para a produção de celulose, um projeto agropecuário para a produção de arroz e criação de gado, e de exploração mineral para extração de caulim e bauxita (OLIVEIRA, 1990).

nesse processo de nova significação da urbanização, as antigas estruturas não foram eliminadas, mas ocorreu uma superposição das novas estruturas sobre as já existentes. Desse modo, não seria apenas o rio a via de acesso mais privilegiada, pois as rodovias e aeroportos deram uma nova alternativa àquela já tradicional via no meio amazônico. A partir da década de 1970, o novo e o velho passaram conviver de forma combinada em várias situações e municípios.

Outro ponto importante refere-se ao fato de que os grandes projetos foram implantados de acordo com essa política de ocupação, mas também o foram devido à nova configuração pela qual passava a economia mundial. E diante desse quadro, o governo brasileiro aliou-se ao capital internacional para ganhar competitividade econômica e força política, fosse através do controle do território ou da organização espacial da produção.

Definido como um grande projeto, o conglomerado Jari caracterizou-se pela enorme extensão territorial. Além dessa considerável extensão, o projeto foi desenvolvido a partir de diversas atividades como ocorreu, por exemplo, com subprojetos ligados a plantações de gamelina (*Gmelina arborea*), pecuária, mineração, fábrica de celulose etc. (RODRIGUES, 1982). E quanto ao Projeto São Raimundo, pode-se afirmar que surgiu, segundo Pinto (1986), como um subprojeto do Projeto Jari e visava plantar comercialmente arroz de alto rendimento e qualidade nas terras inundáveis da Amazônia, especificamente às margens do rio Arraiolos.

Por sua vez, o Projeto Jari, bem como outros grandes projetos instalados na Amazônia, também marcados pela configuração baseada em núcleos urbanos que eram, ao mesmo tempo, ponto de atração de migrantes e de organização do mercado de trabalho. Especificamente sobre

a criação de Monte Dourado na margem esquerda do rio Jari (atual distrito do município de Almeirim), essa situação é exemplar. Esse distrito é conhecido como “capital do império de Ludwig” ou “capital do império Jari” e caracteriza-se como cidade de empresa, cidades planejadas ou *company towns*. Sua fundação atendia às necessidades inerentes à implantação de um grande projeto como era o caso do Jari (PINTO, 1986; SILVEIRA, 1981). Precisamente, visava-se ao mesmo tempo assegurar fluxos de bens, capital e informações com centros distantes e tornar-se ponto de atração e circulação de força de trabalho (local e de migrantes).

Quatro fatores apontam para a especificidade dos espaços urbanos das *company towns*: a relativa autonomia econômica e “política” na gestão do espaço local e regional; a negação de padrões regionais de urbanização (ROCHA; TRINDADE, 2002); tais *towns* representam uma “extensão” da linha de produção da empresa e definem-se como verdadeiros enclaves urbanos. Tem-se uma nova realidade para a região onde se verificou a instalação de um grande projeto, pois o modelo urbano pouco tinha em comum com a história e traços culturais locais.

Em relação a essa autonomia na gestão, destaca-se que o poder exercido por Daniel K. Ludwig demonstra como a administração da empresa confundia-se às vezes com aquilo que caberia à administração pública municipal. Tal poder é evidenciado a partir do que fora registrado por Silveira (1981, p. 64), conforme a seguir:

Como se encontra, o Projeto Jari tornou-se um conclave econômico, social e político. Ninguém entra, nem come, nem dorme, nem permanece, nem sai do Jari senão pelos meios pela vontade de Mr. Ludwig ou seus

prepostos. Todos os aviões e navios que vão e vêm de lá pertencem a Mr. Ludwig. Todas as casas, serviços e bens pertencem a ele. Até os cárceres privados que visitei, bem como a igreja [...] tudo lhe pertence.

Observa-se assim que a extensão da linha de produção da empresa extrapolava o âmbito da mesma, conforme assinalado por Rocha e Trindade (2002). Portanto, os que trabalhavam no Jari e habitavam em Monte Dourado eram controlados em seus quotidianos, muito embora já estivessem fora das dependências da empresa e fora do horário de trabalho.

Um aspecto que merece destaque na análise das cidades de empresas (*company towns*) é o entorno das mesmas, posto que seja caracterizado pela segregação socioespacial. E uma das características do Projeto Jari era os “bolsões de marginalidade” decorrentes da acentuada concentração de riquezas, pois aos peões cabiam as condições de vida precárias e sistema de trabalho baseado na quase servidão, enquanto que ao *staff* cabiam os altos salários fixados em dólares. Em termos semelhantes, verifica-se a desigualdade no tipo de educação formal, habitação, segurança e transporte. Para uns, o privilégio e luxo, enquanto que para outros, a precariedade.

De um modo geral, os dirigentes intermediários eram provenientes dos estados do sul do Brasil, enquanto que os dirigentes do alto escalão eram em sua maioria americanos. Para esses, as regalias eram maiores, mas com o fim do projeto o desemprego atingiu os trabalhadores de todos os escalões (CARDOSO, 2006). Desde então, muitos deixaram esse lugar e seguiram para outros do interior de Almeirim, para outros municípios do Pará ou foram para outros estados com o objetivo de trabalhar principalmente

em grandes projetos de mineração, fazenda de gado ou agrícolas.

Cabe mencionar que a história recente do município de Almeirim não pode ser abordada sem que se faça referência ao empresário e político José Júlio de Andrade, pois foi a partir de seus empreendimentos que se lançaram as bases do que viria a se configurar como o Projeto Jari. E, embora as bases desse projeto já tenham sido lançadas por José Júlio em 1948, ele somente ganhou contorno de grande projeto a partir de sua aquisição por Daniel K. Ludwig no final da década de 1960. Quanto à produção de arroz no rio Arraiolos, verificou-se que havia a pretensão de se alcançar uma área de 14 mil hectares de produção no ano de 1985, mas, já no ano de 1976, o projeto alcançara somente 800 hectares.

Ressalta-se que o cultivo do arroz nesta região já se fez presente desde o período colonial, pois conforme aponta Baena (1839), desde o período do Diretório dos Índigenas cultivava-se este produto a ponto de um dos diversos igarapés do Arraiolos passar a ser denominado igarapé do arrozal. Todavia, o cultivo em proporções elevadas só veio a ocorrer a partir da implantação do Projeto São Raimundo. Ainda em referência ao período colonial, Marin (1998) enfatiza que, por suas condições naturais, o vale do rio Amazonas tornou-se uma região propícia ao cultivo do arroz. A capitania do Maranhão e Grão-Pará, juntamente com a capitania do Rio de Janeiro, tornaram-se os maiores produtores de arroz desse período, cujo principal mercado consumidor era Portugal.

Embora tenha iniciado quase ao acaso, a produção de arroz na segunda metade do século XVIII passou a apresentar planejamento desde a escolha da semente ao momento de seu beneficiamento (MA-

RIN, 1998)⁹. Esse planejamento refletia uma nova política da metrópole para a região. O extrativismo preponderante até então, deveria ser substituído por uma colonização agrícola. A reorientação proposta pelas reformas de Marquês de Pombal buscava atingir dois objetivos: suprir o *déficit* de produção agrícola em Portugal e garantir um “novo” modelo de ocupação da Amazônia baseado na produção agrícola.

A agricultura já era um dos principais fatores na colonização do litoral brasileiro através do cultivo de cana-de-açúcar e de outros produtos. Na Amazônia, a realidade era diferente, pois a coleta das chamadas drogas do sertão tornou-se um dos principais elementos de sua ocupação pelos portugueses. Esse modelo extrativista, no entanto, passou a ser substituído devido à proposta de “restauração” do Brasil, e da região amazônica em particular (ARAUJO, 1998). Tal proposta de restauração refletia-se em várias ações cujos impactos tornaram-se importantes para a história da região, conforme será mais bem explicitado em momento oportuno.

Já no século XX, a área do Projeto S. Raimundo estava situada entre a margem esquerda do rio Amazonas e a margem direita do rio Arraiolos e estava sujeita às enchentes periódicas desses rios. Para estabelecer o plantio do arroz, a área foi cercada com diques para evitar a penetração da água (LINS, 1991). Ressalte-se, ainda, que o plantio de arroz já havia sido iniciado de modo experimental em Jarilândia, situada à margem esquerda do rio Jari, à aproximadamente 10 km do rio Amazonas. Pelas pesquisas e documentação fotográfica de L. Simonian nesse distrito de Vitória do Jari (AP), soube-

-se que construções e ruínas continuam a testemunhar sobre esse passado.

As evidências percebidas em campo, durante a realização da pesquisa no período de 2001 a 2009, acusam a situação de abandono das áreas onde funcionavam os projetos agropecuários do Projeto Jari. Na vila de São Paulo, por exemplo, restam apenas dezenas de cabeças de gado, resíduos estruturais de prédios e, em frente, na outra margem do Arraiolos, percebe-se a imensa área em que era plantado o arroz. Nas margens, as bombas de sucção e drenagem também evidenciam a envergadura do projeto e atual situação de abandono do que dele restou na região. A população ribeirinha do Arraiolos se ressentia com este abandono do Projeto Arroz, pois considera um desperdício de recursos (materiais e humanos), além de provocar diminuição de possibilidades de emprego na própria região.

Assim, esse Projeto não proporcionou o desenvolvimento baseado em equidade social, embora sua grandiosidade ainda se faça notar nesse lugar através de inúmeros prédios e maquinaria abandonados. E, pelos relatos dos habitantes locais, essa população ainda se ressentia da falta de saneamento básico, fornecimento de água potável e luz elétrica, transporte fluvial e terrestre seguro e regular, educação formal e oportunidades de melhoria de produção e comercialização de seus produtos. Importa salientar que, mais do que um momento de fartura, esse momento da história do Arraiolos foi um período intenso. Foi vivido de modo mais intenso, pois havia mais gente, mais brigas, mais riqueza, mais comida, mais trabalho, mais crimes e mais prosperidade.

9. “A propósito do ano de introdução do arroz encontram-se discordâncias. Ferreira indica produção e carregamentos de remessas para Lisboa em 1762 nos navios da Companhia do Comércio (FERREIRA, 1883: 132). Barata aponta ter iniciado em 1773 (1915)” (MARIN, 1998, p. 69).

5 Os Impactos Sociopolíticos do Projeto Jari e São Raimundo

O Projeto Jari foi concebido como um projeto florestal, para a produção de celulose; um projeto agropecuário, para a produção de arroz e criação de gado, e de exploração mineral para extração de caulim e bauxita (OLIVEIRA, 1990). Sua origem está atrelada à compra da empresa Jari Ltda., em 1968, pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig, e à transformação, posterior, em Jari Indústria e Comércio.

A principal finalidade do empresário Ludwig era a fabricação de celulose. E vários outros “Projetos” agropecuários foram fundados com o intuito de suprir a carência de produtos básicos na região e, dentre estes “projetos” destaca-se o “de Arroz” (*Oryza sativa*), cuja meta era atingir 14 mil hectares em sistema irrigado, mas o projeto somente alcançou 3.800 hectares. Ainda hoje, é possível observar as bombas de irrigação que transportavam água do leito do rio Arraiolos para as áreas de plantio.

O Projeto Jari trouxe um pulsar desconhecido, até então, para os que lá moravam e os que chegaram com a instalação desse grande projeto. Então, ocorreu uma rápida urbanização, mas também um repentino êxodo com o fechamento da firma e, hoje, se tem a impressão que restaram apenas os “órfãos” dessa firma e desse período. Muitos dos que permaneceram no Arraiolos referem-se a esse tempo como um tempo de prosperidade, mas uma prosperidade que não foi partilhada e, portanto, não foi vivenciada por todos.

Observa-se, ainda nos dias atuais, que as vilas que surgiram em tempos diferentes passaram a conviver com uma nova realidade, pois os núcleos urbanos das vilas de Pesquisa e a antiga fazenda Saracura, embo-

ra não chegassem a se configurar como cidades propriamente ditas, apresentavam-se como pontos de atração de migrantes. Esses imigrantes eram em sua maioria identificados como trabalhadores peões. Os peões, geralmente pessoas vindas dos estados do nordeste do Brasil, tinham emprego, alimentação, serviço médico e, mesmo, moradia. Porém, assim como ocorre em outras situações entre patrões e empregados, poucas possibilidades de efetiva prosperidade se faziam notar. Silveira (1981, p. 112) registrou que os peões viviam em situação de semiescravidão. E, como discutido por Martinello (1988), tal observação denuncia as condições semelhantes ao sistema de aviamento tão comum na região amazônica durante o final do século XIX e início do século XX - período de maior exploração da borracha.

Além disso, quando o Projeto Jari foi instalado na região do município de Almeirim e norte do estado do Amapá, raros foram os habitantes locais que puderam ser utilizados como mão-de-obra nos empreendimentos da empresa Jari. Tal fato deveu-se à ausência de pessoal qualificado para trabalhar nos subprojetos, pois se exigia uma especialização mínima para lidar com o maquinário ali instalado. Além disso, muitas pessoas não possuíam nível de escolaridade e experiência exigidas pela empresa.

Todavia, essa realidade foi sendo paulatinamente alterada com o passar dos anos devido ao interesse da empresa e dos próprios moradores locais. Como não havia mão-de-obra qualificada na região, foram trazidos, inicialmente, mecânicos e trabalhadores de outras profissões. As pessoas que já moravam em Almeirim começavam como ajudante e aprendiam mecânica leve, pesada e de aviões. À medida que se especializavam, elas iam sendo inseridas como mão-de-obra do projeto.

Na ocasião em que o projeto foi extinto, houve intenso êxodo. Aqueles que permaneceram, ficaram aguardando a retomada do mesmo, porque os técnicos ligados à produção de arroz alegaram que o solo necessitava de repouso e posteriormente a produção seria reativada. Não se revelou aos trabalhadores as razões verdadeiras do encerramento do Projeto São Raimundo, pois se ocultou o hiperdimensionamento do projeto e a inviabilidade de mantê-lo nesses moldes¹⁰. E, nos dias atuais, essa espera é reforçada quando o governo municipal tenta fazer com que a produção de arroz possa vir a ser novamente realizada em escala industrial no vale do Arraiolos. Portanto, algumas pessoas que permaneceram nesse lugar, ao término do projeto em questão, aguardam a retomada desse cultivo por uma grande empresa e a oferta de emprego.

Aqueles que permaneceram no vale do Arraiolos, por aguardar a retomada da oferta de emprego por uma grande empresa, pouco ou nada fazem para alterar o atual quadro de pobreza que enfrentam. Desse modo, segundo sua percepção, não caberia a eles solucionar a questão, pois tal responsabilidade seria do poder público municipal e da iniciativa privada de uma empresa de grande porte. Mas, como explicar que na vila de Pesquisa, onde esse passado comum também poderia levar à inércia de seus habitantes, há uma associação de moradores atuante e que se faz ouvir junto ao poder público municipal?

Certamente, não foi o fato das pessoas não esperarem a retomada do cultivo de arroz – em Pesquisa também se espera por tal retomada. Observou-se, nessa vila, um diferenciador em termos associativista, presente desde o período em que existia o projeto São Raimundo. Esse diferenciador é o fato de que seus moradores organizavam-se, inicialmente, em termos de classe social quando eram funcionários do projeto arroz. Posteriormente, essa prática participativa foi mantida por aqueles que ficaram nessa vila.

A união ocorria em Pesquisa, não mais entre aqueles que eram funcionários do projeto, mas passou a ser a articulação entre aqueles que optaram em morar nessa vila, independentemente da possível retomada do cultivo de arroz. A esse exercício participativo foi somada a liderança do senhor Manoel Dias. Juntamente com sua esposa Fátima Dias e outros moradores locais, o Sr. Dias contribuiu na organização inicial da AM de Pesquisa, tornando-a, nos dias atuais, um referencial para as demais vilas, posto que é a única que, de fato, viabiliza o atendimento de suas reivindicações junto ao poder público municipal de Almeirim.

Outro importante movimento foi no sentido de incentivar o cultivo de frutas, grãos e legumes para o consumo da própria comunidade, no momento em que o projeto do arroz foi extinto. O extrativismo de açaí e castanha foi outra iniciativa que garantiu

10. Dos motivos apontados por Pinto (1986), para o fracasso do Projeto do Arroz no rio Arraiolos, destacam-se a utilização das águas do Arraiolos ao invés das águas do Amazonas (rica em nutrientes); a mecanização e o uso de adubação química excessivos; o sistema de irrigação e drenagem excessivamente caro; e, devido às dimensões da plantação, o rendimento do arrozal não era uniforme (as faixas de terra mais distantes do rio eram menos férteis do que aquelas mais próximas). As consequências ambientais deste projeto se fizeram sentir desde o período de seu funcionamento, pois os diques construídos para irrigação impediam o acesso de peixes para procriação.

aos moradores de pesquisa certa autonomia na obtenção de renda. A extração era voltada tanto para o consumo interno quanto para o externo e, dependendo da safra, gerou benefícios para aqueles que praticavam tais atividades.

A autonomia na obtenção de renda fez com que os moradores de Pesquisa não esperassem por soluções externas. Ao contrário, eles praticavam atividades produtivas que lhes garantiam o consumo pela própria comunidade como, também, pelos habitantes da sede do município. Tal produção gerou um comportamento mais confiante na população local que se faz notar pela prefeitura. Diante desse quadro, eles podem até dispensar, quando assim o desejam, a oferta de emprego pela empresa Arapaima.

Em relação às práticas participativas no processo político, constata-se que a articulação e cooperação entre os moradores de Pesquisa provocaram o fortalecimento da AM frente à prefeitura. Essa vila conta com o atendimento de muitas demandas. Ainda, considere-se que, estrategicamente, é importante para a Prefeitura Municipal, devido aos fatores ligados à produção de arroz já mencionada. Portanto, o que hoje diferencia a vila de Pesquisa, das demais existentes no Arraiolos é a organização de seus habitantes em torno de uma associação que desde sua origem incentiva/possibilita a participação dos seus moradores.

Neste ponto, é de se destacar que a participação, conforme posto por Bordenave (1994), é uma prática que se viabiliza em vários momentos da vida dessas pessoas e não se restringe apenas às reuniões da associação. Ela manifesta-se ainda nos jogos de futebol, de vôlei e de dominó, nas festividades religiosas, nas reuniões à saída da escola, nas conversas em encontros informais.

6 Notas conclusivas

Os impactos relacionados ao sistema capitalista foram uma constante entre aqueles que habitam no entorno do rio Arraiolos. Os grupos sociais ali presentes sempre sentiram o quanto os interesses desse sistema capitalista se impuseram na região. Sabe-se que, desde o sistema colonial, o modelo de desenvolvimento adotado caracterizou-se pela obtenção de matéria-prima a ser beneficiada e consumida em outros lugares. Voltadas, predominantemente, para o mercado externo, as atividades produtivas não visavam ao desenvolvimento das populações locais e, conseqüentemente, as riquezas geradas na região não foram ali mantidas.

A colonização da região amazônica foi resultado do trabalho de missionários de diversas ordens religiosas, de funcionários militares – através da construção de fortificações – e do trabalho de funcionários civis, cuja estrutura burocrática garantiu o poder do Estado português no Brasil. Em outros momentos da formação socioespacial do município de Almeirim se nota a interferência de atores e modelos não locais nos processos históricos, conforme se evidencia nas discussões de suas atuais realidades.

Atualmente, os distritos e vilas de Almeirim, com exceção do distrito de Monte Dourado, são marcados pela pobreza de suas populações. Todavia, há diferenças na maneira como essas populações enfrentam tal problema. Na região do rio Arraiolos, a maioria das pessoas está à espera de soluções externas. E nisto elas diferem das populações de outras vilas do município onde se pratica o cultivo de frutos diversificados e a criação de gado, direcionados ao consumo interno e para o consumo na sede do município, o que evidencia certa autonomia em termos de geração de renda.

Explicar os atuais problemas do vale do Arraiolos apenas pela inércia de seus moradores, tal como ocorre em Goiabal, Vila Nova, Santa Maria, Freguesia e Ilha de São Paulo, é desconsiderar outros importantes elementos para essa análise. Mesmo nas vilas onde os impactos do projeto São Raimundo foram reduzidos, as associações mantêm-se apáticas e desarticuladas. Como explicar tais características das associações das vilas do Arraiolos? Qual o denominador comum que possa fornecer subsídios para a compreensão dessa realidade?

O fechamento do Projeto São Raimundo impactou negativamente na realidade social dessas populações. Entretanto, o fato de estarem aguardando pelo retorno desse projeto, ou a retomada da produção de arroz por outra empresa, demonstra o grau de acomodação dessas populações diante de seus dilemas sociais. As evidências indicam que, mesmo não tendo sido afetadas diretamente pela produção de arroz, as vilas Freguesia e Santa Maria tiveram suas dinâmicas modificadas a partir da intensificação produção de gêneros alimentícios, o que comprova que os impactos da desterritorialização, decorrentes desse grande projeto, também se fizeram nos locais onde não era produzido arroz ou quaisquer outros produtos ligados diretamente a esse projeto.

As práticas sociais relacionadas aos aspectos produtivos são fortemente influenciadas pelas dinâmicas ambientais. Contudo, essa não é um razão determinante, pois em termos de organização e participação política o que se nota é a maior articulação dentre aqueles que vivenciaram de modo mais direto o projeto São Raimundo, como é o caso da vila de Pesquisa.

Os problemas sociais decorrentes da falta de oferta de empregos e geração de renda se fazem sentir em todas as vilas do Arraiolo-

los. A reativação da produção de arroz, ou quaisquer outras possibilidades de obtenção de emprego e renda, proporcionará, possivelmente, o equacionamento dessas problemáticas. Entretanto, a questão da pobreza política ainda permanecerá se, nas discussões acerca dessa e de outras questões, a participação política for restrita às elites locais e/ou aquelas em níveis regionais e nacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 213-220.
- ARAUJO, R. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998, p. 356.
- BAENA, A. L. M. *Ensaio chorographico sobre a Província do Pará*. Belém: Typografia de Santos & Menor, 1839, p. 589. (Ensaios)
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1994, p.111.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.84. (Primeiros passos)
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico: relatório final*. Município de Almeirim, 2000.
- CARDOSO, D. M. *O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local: Rio Arraiolos – Almeirim/Pará*. Belém. EDU-FPA, 2006.
- FIGUEIREDO, A. N. O rio, a floresta e o homem na Amazônia brasileira. In: *V ENCONTRO REGIONAL DE TROPICOLOGIA*, 1988, Recife: Massangana, 1990, p. 53-66.

- GODELIER, M. *Horizontes da antropologia*. Lisboa: Edições 70, 1973.
- HIRAOKA, M. Caboclo or riverain resource management/Amazon: a review. In: REDFORD, R. H.; PADOCH, C. (Org.). *Conservation of Neotropical forests*. New York: Columbia University, 1992.
- LIMA, D. DE M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP/NAEA/UFPA, 1999. p. 285-314
- LINS, C. A. *A Jari e a Amazônia*. Rio de Janeiro: Dataforma: Prefeitura Municipal de Almeirim, 1997. 156 p.
- _____. *Jari: 70 anos de história*. Almeirim. Dataforma: Prefeitura Municipal de Almeirim, 1991.
- MARIN, R. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: MARIN, R. A. (Org.). *A escrita na história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53- 91.
- MARTINELLO, P. Formação e expansão da empresa gumífera e importância da borracha amazônica na segunda guerra mundial. *Cadernos UFAC*. Rio Branco: UFAC, n. 1, p. 23-61, 1988. (Série Estudos e Pesquisas).
- MARX, K. A mercadoria. In: *O capital: crítica da economia política*. v. I. [1867] 1989. p. 41-93.
- NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 270-282
- PINTO, L. F. *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig: as relações entre Estado e multinacional na Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1986, p. 219.
- ROCHA, G. DE M. Estado do Pará: divisão ou reconstrução da unidade político-territorial? In: *Seminário (Pré) Visões da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 1997, p. 6.
- RODRIGUES, R. M. *A Amazônia paraense*. v. I. Belém: Karton, 1982. p. 497-617.
- SILVEIRA, M. da. *Ludwig, imperador do Jari*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 157 p.
- SANTOS, M. O espaço e os movimentos das contradições. In: *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 95-101
- _____. Propósitos livres sobre o tema em debate, In: *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p.163-168.
- SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres do rio Aripuanã (AM): memórias, situação atual e esperanças quanto ao futuro*. Manaus: SECULT-AM. 2000.
- WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. -3ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP [1953] 1988, p. 322 .

NOTA SOBRE A AUTORA

Denise Machado Cardoso possui Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental (Pós-Graduação do Trópico Úmido PDTU/ NAEA) pela Universidade Federal do Pará (2006). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2000) e graduada em História também nesta universidade (1987). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Atua como membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, coordena o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e é Vice-coordenadora do Grupo de pesquisa NOSMULHERES. É membro do GEPEM, GEPI e Pet/GT/CS. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, educação, antropologia política, ciências sociais e ambientais.

Recebido em: 23.03.12

Aprovado em: 21.12.12

